

Discurso proferido pelo Prof. Dr. Aníbal Pinto de Castro na sessão inaugural do Instituto de Língua Portuguesa

Senhor Embaixador de Portugal no Brasil
Senhor Presidente da Diretoria do Liceu Literário Português
Senhor Cônsul-Geral de Portugal no Rio de Janeiro
Senhores Presidentes e Representantes das Associações
Portuguesas e Luso-Brasileiras
Excelentíssimas Autoridades
Patrícios e Amigos
Minhas Senhoras e meus Senhores

Chamado da outra margem do Atlântico para, nesta celebração em defesa e louvor da Língua Portuguesa, dar voz a quantos por lá a ensinamos e cultivamos, não podia recusar-me a esse apelo, consciente embora de que, pelo seu saber e pelo calor da sua palavra, outros poderiam assumir, perante Vossas Excelências, com manifesta vantagem, essa função por certo gratificante, mas não isenta de difícil responsabilidade.

Mais do que a consciência da minha pouca valia, pesou a força da amizade fraterna dos Colegas que me escolheram e das pessoas que integram os corpos directivos desta prestigiosa Instituição, à frente das quais estão o dinamismo e a devoção do Dr. António Gomes da Costa. Pesou também, com igual valor, a honra e o gosto de acompanhar, nesta solenidade, a voz autorizada do insigne filólogo e académico, Prof. António Houaiss, cujo saber é sempre motivo de admiração para todos nós. E, envolvendo esses e outros motivos, a alegria, mais profunda em cada vez que se vive, de pisar de novo, ainda que por breves dias — temos de conciliar devoções com outras obrigações! — o chão generoso da grande Nação Brasileira, mesmo que através do asfalto quente desta cidade de maravilha, baptizada pelos portugueses e emancipada pelos brasileiros, com o nome de S. Sebastião do Rio de Janeiro.

O vosso apelo era, pois, para mim um imperativo de consciência consubstanciado numa emocionada alegria!

Por isso aqui estou, a comungar convosco no júbilo e na esperança desta cerimónia inaugural do Instituto de Língua Portuguesa que o Liceu Literário Português, nascido do trabalho honrado e da indomável vontade de afirmação cultural dos Portugueses radicados no Brasil, em boa hora decidiu criar, com o objectivo de estudar e valorizar, “como veículo de cultura e património inalienável”, o idioma hoje comum a sete países que, na Europa, na América e na África, englobam mais de 150 milhões de falantes.

Aqueles de nós que, com maior ou menor frequência, temos feito, em qualquer dos sentidos, a travessia deste imenso *mare nostrum* que é o Atlântico, não podemos deixar de experimentar, em cada viagem, uma inefável emoção, por encontrarmos sempre, cá ou lá, abertas de par em par, as portas das nossas casas e das nossas almas. Sáímos do nosso quotidiano e, volvidas escassas horas, encontramos algo de diferente, é certo, mas que nos é familiar, não nos causa estranheza, que usufruimos e prezamos como se nosso fosse, ainda que o experimentemos pela primeira vez. Nem sequer nos permite, qual vacina eficaz e de rápido efeito, sentir saudades do que deixámos!

É o milagre do verbo lusíada, visível numa língua e numa cultura forjadas ao longo dos séculos, desde os alvares da poesia dos cancioneiros galego-portugueses, nas páginas de Fernão Lopes, Gil Vicente, Camões, Vieira, Garrett, Camilo, Eça, Pessoa, Torga, Alencar, Gonçalves Dias, Casimiro de Abreu, Machado de Assis, Rui Barbosa, Bilac, Graciliano, Bandeira, Cecília Meireles, Drummond e tantos, tantos outros, alguns dos quais, como Vieira e Casimiro foram belos e fortes traços de união entre as nossas literaturas; mas também vivificada e enriquecida

pelo linguajar de marinheiros, comerciantes e soldados; pelas singelas prédicas dos missionários, de que Anchieta é símbolo ao mesmo tempo humilde e gigantesco; pelas aquisições dos idiomas nativos dos escravos africanos; ou pela beleza eufonicamente tropical das vozes dos Índios.

Dir-se-ia que, por insondável permissão divina, a Língua Portuguesa, ao espalhar-se por tão vastos espaços sobre a face da Terra, tornando-se o plasma de entendimento entre tantos homens de tão desvairadas culturas e estados civilizacionais, conseguiu esconjurar o castigo que sobre a soberba da Humanidade pesava desde que, nos campos de Sennaar, os filhos de Adão tentaram alcançar o céu, construindo a Torre de Babel e chamando com o seu orgulho as iras do Senhor, que por isso condenou a sua descendência ao eterno desentendimento!

Não queiramos desafiar de novo o castigo divino, não já com a ousadia da nossa soberba, conscientes que estamos da nossa inerme debilidade, mas pela incúria e o desleixo com os quais, tantas vezes, nos alheamos dos valores que cimentam a essência da nossa própria força moral e que, tanto ao jeito da sua época, já em 1539 João de Barros definia no prólogo da sua *Cartinha*, ao acentuar a pujança com que o português se espalhara e servira de veículo ao proselitismo e ao nosso ecumenismo cultural, como “aquela linguagem que em Europa, em África e Ásia por amor, armas e leis tão amada e espantosa, por justo título detinha a monarquia do mar e os tributos dos infiéis da terra”.

Bom seria portanto que, nas alegrias desta festa inaugural e no almejar de esperanças que as coisas novas e boas sempre trazem, aproveitássemos o ensejo para, sem preconceitos nem melindres de qualquer espécie, meditarmos uns instantes sobre esta questão que se me afigura fundamental para o futuro da grande comunidade lusíada de que todos (portugueses, brasileiros e africanos) somos parte, por imperativo da História que nós próprios com o nosso suor, o nosso sangue e as nossas lágrimas forjámos e da qual essa mesma História um dia nos há-de pedir contas.

Como tudo o que é humano – e a Língua, nascida embora de uma dádiva de Deus, é uma criação humana em permanente fieri por acção do homem! – os sistemas lingüísticos sofrem um constante desgaste devido a causas várias que seria inoportuno enunciar aqui, perante especialistas que as conhecem melhor do que eu. Precisam por isso, à semelhança dos seres vivos, como corpos vivos que são, de antídotos, que combatam esse desgaste, e de forças que lhes renovem a energia e a eficácia como meio de comunicação, sem o que correm sério risco de morrer, a partir do momento em que, pelo seu empobrecimento, não satisfazem mais as necessidades de expressão e comunicação sentidas por quantos os utilizam.

E quando, como no caso do Português, o seu enriquecimento se processou, ao longo do tempo, através de contributos tão vários e caudalosos ou, por outro lado, quando o espaço geográfico em que se alargaram se cindiu, para dar lugar a novas realidades políticas, sociais e culturais, marcadas por uma individualidade própria tão forte quanto legítima, àquele problema da permanente necessidade de revitalização acresce o da diversificação e conseqüente perigo de fragmentação em novos sistemas, circunscritos a cada uma dessas novas realidades.

Aqui está, como bem sabemos todos, o nó da questão: importa preservar a coesão da língua que falamos sem atrofiar a sua evolução, nem levantar obstáculos ao seu constante enriquecimento semântico e estilístico, de modo a proporcionar aos seus 150 milhões de falantes a expressão do seu pensamento perante uma realidade múltipla em vertiginosa mutação social, científica e tecnológica, sem esquecer os resultados da sua pujante capacidade de criação literária, na diversidade das suas várias normas.

Dirão acaso alguns que não viria grande mal ao mundo se a degradação da língua não encontrasse obstáculo ou se viesse a verificar-se o aparecimento de novos idiomas individualizados no grande espaço lingüístico, constituído pelos sete países de expressão oficial portuguesa. Creio que estão errados. E responderei tão-só com duas ordens de razões.

Em primeiro lugar, porque, com tal fragmentação, nada teríamos a ganhar, pois a língua não é, por si só, afirmação de nacionalidade. E muito, muitíssimo, teríamos a perder em prestígio cultural, facilidade de relações políticas e económicas e (o que não é menos importante!) na cons-

ciência dos valores morais e espirituais que nos são comuns, força indispensável para a afirmação das nossas pátrias no mundo do futuro.

Em segundo lugar, porque, em países como o Brasil, Angola ou Moçambique, a língua portuguesa constitui inofismavelmente o mais forte cimento da unidade nacional – pôr em causa a sua integridade equivalerá sempre a enfraquecer a sua própria coesão moral; e muito importa, para manter essa coesão, que os falantes desses Países conheçam a língua e a cultura de que eles próprios fizeram parte durante séculos, pois a consciência dos valores contidos e transmitidos na e pela língua só pode fundamentar-se com segurança no seu conhecimento; e o seu conhecimento não pode prescindir da história, porque a língua é, acima de tudo, uma espécie de força matricial da identidade de cada comunidade que a usa.

Desde sempre, aliás, o Brasil, pela acção e pela cultura dos seus escritores, dos seus professores e dos seus homens de cultura, teve essa consciência e defendeu os direitos que ela pressupõe.

Já em 1920, Alberto de Oliveira sublinhava, *Na outra banda do Atlântico*, a importância desta acção e a segurança que ela trazia ao futuro da língua portuguesa, ao narrar a impressão que lhe causara ter encontrado aqui no Rio, em casa de Ru Barbosa, a última edição do Dicionário de Cândido de Figueiredo “lido da primeira à última linha e crivado de notas e observações em todas as suas páginas”, ou ao ler, emocionado, as conferências sobre Camões que Joaquim Nabuco, quando embaixador do Brasil nos Estados Unidos, pronunciara em várias Universidades americanas.

Há, pois, que encontrar os meios adequados a essa defesa e ilustração da língua que nos é comum.

Em primeiro lugar no campo do ensino, fazendo das nossas escolas, desde as de primeiras letras às Universidades, e independentemente das matérias específicas nestas professadas, locais onde, de maneira viva, se aposte no prestígio da língua que amámos, para me servir da bela metáfora de Samuel Usque. Talvez que para isso tenhamos deliberadamente de voltar (mesmo aprendendo-a de novo!...) à valorização da gramática normativa, disciplina a que os filólogos brasileiros tão persistente e valioso contributo deram, de Said Ali a Celso Cunha, passando por Sousa da Silveira, Serafim Neto e tantos outros, para lembrar apenas, em jeito de evocativa homenagem, os que não pertencem ao número dos vivos.

“Gramáticos – dizia D. Francisco Manuel de Melo – é uma praga de gente bem escusada no mundo, são como os cães das boas letras”. Falava D. Francisco com o azedume do estilista “discreto” e num tempo em que, para bem dele e nosso, a língua não sofria os atropelos que hoje a fazem tão dolorosamente manquejar!... Creio mesmo que, se os gramáticos seus contemporâneos lhe provocavam tão drástico juízo, seria de perguntar o que não diria ele de tanto gerativismo e de tanto estruturalismo mal assimilados que, depois de desnortear os estudantes das nossas Faculdades de Letras, vão comprometer irremediavelmente o ensino da língua materna nas nossas escolas de nível secundário!

Mas em que pese ao celebrado clássico e aos seus seguidores modernos (que decerto o não conhecem...), a norma gramatical, não só é necessária, como é fundamental ao conhecimento e conseqüente bom uso da língua. Até porque, quando bem entendida e bem aplicada, a sua observância em nada perturba a natural evolução do sistema linguístico, nem coarctar a criatividade artística dos bons escritores, tendo até a considerável vantagem de evitar que se gaste muito papel e tinta a imprimir os maus!...

Não tenham, pois, os professores de Português (ou de qualquer outra matéria) medo de ensinar os seus alunos a escrever correcta e escoreitamente, observando e fazendo observar as normas gramaticais que o uso e a investigação linguística consagraram, sem excessos rigoristas de purismo obsoleto, mas com um sentido claro da realidade viva que é a língua, em cujo enriquecimento a capacidade inovadora dos falantes brasileiros, no campo semântico como no metafórico, tanto dinamismo imprime. Bastaria a consciência dessa capacidade e a análise dos frutos que ela em cada dia produz, para não recearmos o efeito anquilosante da gramática normati-

va, ela também objecto de uma renovação decorrente da investigação desenvolvida no âmbito das várias correntes da Linguística moderna. Poderemos assim aproveitar afoitamente os seus benefícios didácticos e pedagógicos.

Não faltarão, aliás, outros meios para preservar o dinamismo inovador imprescindível à utilização e renovação do sistema linguístico que nos é comum. E, entre todos eles, ocupa lugar de primordial importância o ensino da Literatura.

Muito se tem falado acerca do lugar da Literatura Portuguesa nos currículos da Universidade brasileira e nas ameaças, não de todo desvanecidas, segundo creio, da sua redução.

Bastariam as vantagens, inegáveis, do ensino da literatura para a constituição de uma competência linguística perfeita, para nos não restar a menor dúvida quanto à imprescindibilidade da Literatura Portuguesa nos quadros curriculares da Universidade brasileira. E é fácil de compreender que assim seja.

A norma do português do Brasil concilia, com inextinguível harmonia, o conservadorismo próprio das zonas periféricas de cada espaço linguístico, com a força inovadora e criativa das sociedades animadas por estuantes energias de desenvolvimento sócio-económico.

Quer isto dizer que o conhecimento das sucessivas transformações do sistema, fixadas nos textos literários anteriores a meados do século XIX, se torna imprescindível, não apenas para a cabal interpretação dos valores significativos contidos nos traços mais conservadores do português do Brasil actual, como para a disciplina daquelas mesmas forças de inovação e criatividade tão suas, de modo a integrá-las, com equilíbrio e harmonia, na regularidade da norma corrente.

Mas para que desse trabalho resultem frutos compensadores, será necessário que os Professores não reduzam os programas de Literatura Portuguesa, na Universidade brasileira, aos autores contemporâneos, cuja correcção linguística nem sempre se apresenta, aliás, inteiramente esmerada. Importa, pois, voltar a Camões e a Gil Vicente, a Diogo Bernardes e Rodrigues Lobo, a Frei Luís de Sousa e a D. Francisco Manuel de Melo, sem esquecer Garrett, Camilo e Eça.

Para se avaliar do papel que o estudo de um autor como Camilo, cujo centenário estamos a comemorar e que alcançou nos leitores brasileiros uma duradoura e entusiástica recepção, pode assumir na aquisição de uma desenvolvida competência linguística para qualquer falante do português, lembrarei apenas este passo de *Vinte horas de leitura*:

“Quando quero retemperar a imaginação gasta, vou caldeá-la à incude do viver campesino, evoco lembranças da minha infância e adolescência passadas na aldeia, e até a linguagem me sai de outro feitio, singela sem afectação, casquilha sem os requebrados volteios que lhe dão os inviezados estilistas bucólicos”.

Além disso, parece-me que quem possui uma literatura moderna e contemporânea com a qualidade portentosa da do Brasil, pouco ganhará em aprender a modernidade ou mesmo a pós-modernidade à custa dos valores criados no passado. Disse-o Olavo Bilac. Afirmou-o Joaquim Nabuco, no discurso que proferiu na sessão de abertura da Academia Brasileira de Letras, em 20 de Julho de 1897. E têm-no repetido muitos outros Brasileiros, embora lembrá-lo, hoje, não seja talvez fácil nem cómodo.

Claro está que, se os responsáveis pelo ensino em Portugal quiserem dar aos falantes da norma portuguesa uma dimensão cultural à medida dos vastíssimos horizontes da língua que falam e partilham com outros povos ou, sobretudo, se quiserem suscitar neles um consciente sentido das suas potencialidades expressivas, bem como da vária realização da sua unidade, através da sua extraordinária diversidade, terão de alargar, com a maior urgência, a representação dos autores brasileiros no *corpus* textual usado nas nossas escolas secundárias, e conferir à Literatura Brasileira um lugar adequado no quadro das disciplinas professadas nas nossas Universidades. Não tanto em duração (aquela disciplina ocupa já dois anos), mas principalmente no estatuto, visto que, neste momento, apenas é obrigatória para os alunos matriculados na Licenciatura em Estudos Portugueses.

Importância e lugar proporcionais caberão naturalmente às Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa, campo tão promissor de trabalho e de acção.

O professor que fundamentalmente vive em mim alongou-se talvez demasiado nestas considerações acerca do contributo do ensino para a tarefa, que é de todos nós, da defesa e ilustração desse património que nos é comum e que é a Língua Portuguesa. Outros domínios há, porém, onde labor não menos importante se impõem com igual urgência.

O primeiro deles é por certo o das instituições de cultura. Que elas estão conscientes das responsabilidades que nessa cruzada lhes cabem, prova-o a recente criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, sob a égide da autoridade dos Chefes dos sete Estados lusófonos, e, decerto bem mais próxima da realidade, a deste Instituto que hoje oficialmente inauguramos e que significa a vontade, por parte dos responsáveis pelos destinos do Liceu Literário, de completarem a sua acção no plano do ensino, através do desenvolvimento de uma componente científica traduzida em termos de pesquisa e de difusão dos resultados dessa pesquisa.

Lugar privilegiado ocuparão, naturalmente, nessa frente, a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa. O trabalho que ambas as Instituições vêm desenvolvendo com particular empenho desde 1986, com o objectivo de celebrar um novo acordo para a ortografia unificada da Língua Portuguesa, que abrangerá igualmente os Países Africanos de Expressão Oficial Portuguesa, não pode deixar de merecer aqui justa referência e rasgados encómios.

Ao contrário do que muitos (nem sempre os mais sabedores nem os mais isentos!) têm dito, creio bem que, consagrando normas claras, simples e sempre fundamentadas no conhecimento científico concreto da realidade linguística que somos, até na sua sensibilidade sociológica, esse acordo há-de constituir uma séria garantia de unidade, sem pôr em causa a legítima diversidade que nos distingue.

Outras tarefas ainda esperam o nosso entusiasmo e o nosso trabalho, mormente no campo da investigação científica, correctamente programada e sistematizada em projectos realistas, que tenham em vista uma aplicação prática imediata, para os quais o intercâmbio universitário terá de ser a força dinamizadora capaz de abrir perspectivas tão vastas quanto profícuas.

Factor de primordial alcance há-de ser também, por certo, a difusão do livro no grande espaço (que é também um fértil mercado!) da Língua Portuguesa. E bem sabemos todos quanto essa difusão é lenta, difícil e onerosa. Urge por isso sensibilizar os nossos Governos para que concedam facilidades que não podem contabilizar-se por critérios simplistamente pesados em balanças de pagamentos ou pautas alfandegárias; e aliciar editores e livreiros no sentido de as aproveitarem, mesmo que para isso tenham de vencer, a curto prazo, alguns obstáculos de ordem económica e financeira.

Não basta, porém, que os livros sejam baratos e cheguem com rapidez à mão dos leitores espalhados pelos vários países formados do mundo que o português criou. É necessário que sejam bons!

Importa, pois, desenvolver um árduo e urgente trabalho no campo editorial, de modo a lançarmos no mercado edições dos nossos escritores em textos criticamente apurados e fidedignos, porventura elaboradas em termos de cooperação que envolvam editores, livreiros e filólogos de Portugal, do Brasil e, num futuro tão próximo quanto possível, dos Países Africanos Lusófonos. Quanto se poderá fazer neste sector! Por mim, tudo farei para ajudar a construir esse edifício da cultura que nos é comum. Foi assim que dei o meu modesto contributo à obra exemplar que é a edição crítica do *Amor de Perdição* realizada pelo saber e pelo amor à cultura do meu querido Colega e Amigo, Prof. Maximiano de Carvalho Silva, publicada em parceria pelo Real Gabinete Português de Leitura, do Rio de Janeiro, e pelo prestigioso Editor Lello, do Porto. Do mesmo modo procurei colaboração de igual qualidade junto de outro fraterno Amigo, o Prof. Gladstone Chaves de Melo, para a edição de *Vida de D. Frei Bertolameu dos Mártires*, de Fr. Luís de Sousa. E nesse caminho conto prosseguir, *Deo juvante*, para a edição monumental das *Obras completas* do Padre António Vieira, que estou encarregado de preparar, num projecto de

pesquisa integrado nas actividades da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa, para, em 1997, assinalar o III Centenário da morte dessa expressão máxima da luso-brasilidade, e na qual terão de participar, por direito próprio, não poucos especialistas brasileiros.

A promoção da nossa língua e a criação dos meios mais adequados ao seu estudo, ao seu conhecimento e à sua difusão, não podem ser obra exclusiva das entidades oficiais; têm de ser, acima de tudo, obra de todos e de cada um de nós, porque terão de emanar sempre de um acto de amor essencial, como o dos paladinos da cavalaria antiga. Não foi por acaso que Agostinho de Campos reuniu em três volumes da sua "Antologia Portuguesa" testemunhos e juízos a esse respeito emitidos por Brasileiros e Portugueses, sob o título bem expressivo de *Paladinos da linguagem*.

Nada nem ninguém deve ficar fora dessa nova cavalaria do espírito, nas aventuras modernas da luso-brasilidade. E os poderosíssimos meios da comunicação social do nosso tempo, desde que bem usados, propiciarão sempre, a quem tiver esse amor, formas de acção de efeito garantido. Do artigo de divulgação científica à reportagem. Da cinematização de obras literárias às telenovelas que mais não são, afinal, do que os folhetins dos nossos jornais de Oitocentos, transpostos para o domínio do audio-visual, com todo o aliciante que tal domínio hoje comporta para todos os estratos sócio-culturais.

A este propósito, seja-me permitida uma breve reflexão. Falam os puristas de ambas as margens do Atlântico, bastante mal das telenovelas. Será caso para isso? Pondo de parte outros aspectos de discutível valor educativo, em termos morais e sociais, não podemos deixar de ponderar que, se é certo que, recorrendo predominantemente ao registo coloquial da língua, elas podem implicar um certo empobrecimento expressivo, não é menos certo que as telenovelas brasileiras constituem hoje, em Portugal, um meio muito eficaz de tornar conhecida, lá, a norma usada cá. Significa isto, ao fim e ao cabo, que a telenovela constitui um factor relevante de unidade lingüística no espaço lusíada e bom seria que os realizadores portugueses conseguissem, nesse domínio, obras com a qualidade das vossas, que pudessem trazer ao espectador brasileiro um conhecimento directo e vivo da oralidade própria da norma usada em Portugal.

É tempo de terminar.

Quis deliberadamente fazer da minha intervenção nesta solenidade algo que fosse além de um discurso, onde a preocupação oratória deixasse no olvido os aspectos reais do problema da língua. É que não basta falar-se de uma "política da língua". Há que encarar, de frente e de perto, soluções práticas, através das quais essa política possa concretizar-se no quotidiano de todos nós, cidadãos desse vasto espaço onde ela se modula em tantas expressões, vivemos nos nossos países e nas nossas profissões.

Se, de mim. Vs. Ex.^{as} esperavam uma oração, hão-de por certo sair daqui defraudados. Nem outra coisa seria de esperar, vistos o meu fraco engenho e a minha nenhuma arte. O nosso tempo, porém, é de acção. E nela apostei, procurando sistematizar coisas que todo o mundo sabe, mas nas quais, por demasiado simples e evidentes, porventura não atentamos, arrastados no turbilhão do nosso dia a dia.

Avaliemos as nossas forças para defendermos e ilustrarmos a Língua Portuguesa e apostemos no seu futuro de modo que, conforme ao voto de António Ferreira, no século XVI, ela sempre

"Floresça, fale, cante, ouça-se e viva".

Que cada um de nós, dela e por ela, possa dizer com esse primoroso cinzelador das suas belezas estilísticas, que foi Olavo Bilac:

"Amo-te, assim, desconhecida e obscura
Tuba de alto clangor, lira singela,
Que tens o trom e o silvo da procela
E o arrollo da saudade e da ternura!

Amo o teu viço agreste e o teu aroma
De virgens selvas e de oceano largo!
Amo-te, ó rude e doloroso idioma,

Em que na voz materna ouvi: *Meu filho!*
E em que Camões chorou, no exílio amargo,
O génio sem ventura e o amor sem brilho”.

Poderemos fazê-lo com a tranquila e profunda consciência do ecumenismo lusada, que Afonso Lopes Vieira, um grande e insuspeito apaixonado da Portugalidade nos tempos modernos, como João de Barros, no século XVI, deixou gravada nestes versos cujo original se guarda no Instituto de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra:

“Ó Portuguesa Língua, quando um dia
Floresceste nos rústicos cantares,
Quem te diria que, por sobre os mares,
Com tua alma o teu génio crescerá!

Soou na Terra a tua melodia
E pelo Orbe criou Nações e Lares;
Com teu ritmo de impulsos e vagares
Foste laço de povos e harmonia.

Mas, ó Língua sagrada e Mãe gentil,
Tua glória maior de peregrina
E missionária donde o génio flui,

Tu a criaste em terra do Brasil,
Depois que o Padre António Vieira ensina
O seu aluno mais preclaro – Rui!”

Tudo o mais virá por acréscimo!

E no babélico desentendimento que nos dias de hoje vivemos, nós faremos, ou continuaremos a fazer, o milagre de conjurar o castigo do Senhor contra a orgulhosa ousadia dos filhos de Adão, exigindo a Língua Portuguesa, a NOSSA LÍNGUA, numa afirmação de entendimento, de paz e de progresso que envolva num forte e fraterno abraço todos os homens que a falam, pelo mundo em pedaços repartidos!

Aníbal Pinto de Castro